

ANDRÉ GUIMARÃES AUGUSTO

## DE ADAM SMITH A VON MISES: A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DO LIBERALISMO

Recebido em 24/08/2020

Aprovado em 22/06/2021

# DE ADAM SMITH A VON MISES: A DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DO LIBERALISMO

## Resumo

O objetivo desse texto é traçar uma análise comparativa entre o liberalismo de Adam Smith e o neoliberalismo de von Mises. É defendido nesse artigo que a trajetória do liberalismo de Adam Smith a von Mises apresenta características daquilo que Lukács definiu como decadência ideológica. A ideologia liberal se transforma, progressivamente, de um elemento de defesa da realização de possibilidades emancipatórias reais em uma ideologia reacionária, que cria obstáculos para a realização de possibilidades emancipatórias. Demonstra-se aqui que o imediatismo, a ausência de historicidade, o formalismo, o escolasticismo, o agnosticismo e o irracionalismo – elementos que, segundo Lukács, caracterizam a decadência ideológica – estão presentes na ideologia liberal tal como formulada por von Mises.

**Palavras-chave:** ideologia; liberalismo; Adam Smith; von Mises

**ANDRÉ GUIMARÃES AUGUSTO**

Professor Associado  
do Departamento de  
Economia da Universidade  
Federal Fluminense (UFF) e  
Pesquisador do NIEP-Marx.  
E-mail: [andreaugusto@id.uff.br](mailto:andreaugusto@id.uff.br)

## **Abstract**

In this paper Adam Smith's and von Mises' liberalisms are compared. It is sustained that, from Smith to von Mises, liberalism shows some features of the ideological decay. From an ideology that supports the actualization of real possibilities of emancipation, the liberalism turns into a reactionary ideology, that hinders human emancipation. It is showed that von Mises liberalism has the features of ideological decay – immediacy, absence of historicity, formalism, scholasticism, agnosticism and irrationalism.

**Keywords:** ideology; liberalism; Adam Smith; von Mises.

O objetivo desse texto é traçar uma análise comparativa entre o liberalismo de Adam Smith e o neoliberalismo de von Mises. O liberalismo de Smith é formulado nas condições de ascensão do capitalismo, pré-Revolução Francesa e pré-Revolução Industrial e se volta contra os elementos feudais ainda presentes na sociedade. Nestas condições históricas, apresenta-se como uma ideologia que contém elementos emancipatórios, que aponta para o futuro e que deixa entrever algumas contradições da sociedade emergente.

O liberalismo de von Mises é formulado em condições históricas diferentes. Elaborado no período entreguerras e após a Revolução Russa, a luta de classes entre capital e trabalho já está plenamente desenvolvida e o capitalismo apresenta as características de alta concentração de capital o que alguns autores caracterizam como seu período imperialista. O liberalismo de von Mises volta-se para a conservação do presente e para o bloqueio de qualquer perspectiva emancipatória.

É defendido neste artigo que a trajetória do liberalismo de Adam Smith a von Mises apresenta características daquilo que Lukács definiu como decadência ideológica. A ideologia liberal se transforma, progressivamente, de um elemento de defesa da realização de possibilidades emancipatórias reais em uma ideologia reacionária, que cria obstáculos para a realização de possibilidades emancipatórias. A economia política, agora transformada em economia como “catalática”, se transforma no principal núcleo do liberalismo decadente e de combate ideológico ao socialismo. Demonstra-se aqui que a imediatez, a ausência de historicidade, o formalismo, o escolasticismo, o agnosticismo e o irracionalismo – elementos que, segundo Lukács, caracterizam a decadência ideológica – estão presentes na ideologia liberal tal como formulada por von Mises.

## **I. A decadência ideológica**

O conceito de ideologia é repleto de determinações e interpretações, as quais não são possíveis de lidar neste artigo. De forma sintética, o conceito de ideologia é entendido aqui como um conjunto de ideias que mobilizam e orientam ações dos indivíduos e grupos na sociedade independentemente de serem verdadeiras. Tais conjuntos de ideias se originam como respostas às necessidades sociais, seja de determinados grupos da sociedade, seja da reprodução da sociedade como um todo em dadas condições históricas.

Nesse sentido, o liberalismo econômico é uma ideologia. O próprio von Mises, formulador do neoliberalismo, admite o liberalismo como uma ideologia no sentido análogo ao que é indicado nesse trabalho. O liberalismo, segundo von Mises, “É uma ideologia, uma doutrina da relação mútua entre membros da sociedade e, ao mesmo tempo, a aplicação dessa doutrina à conduta do homem na sociedade efetiva” (VON MISES, 1985, p. 192). Ao contrário de von Mises, no entanto, a ideologia é entendida aqui em seu sentido marxiano, como uma resposta às necessidades de grupos da sociedade e não como uma concepção originária de uma razão desmaterializada e associal.

Sendo uma resposta às necessidades sociais e partindo do reconhecimento de que a sociedade é atravessada por contradições, uma ideologia pode ter caráter revolucionário, conservador ou reacionário. Uma ideologia é revolucionária quando responde a uma necessidade de transformação da sociedade em direção ao futuro. Se tal direção não é posta de forma predeterminada desde o início dos tempos, também não é aleatória e absolutamente imprevisível. Uma ideologia é revolucionária quando mobiliza os homens para a realização de potencialidades emancipatórias contidas no presente que levam à realização de uma maior socialização dos homens. E a socialização refere-se aqui tanto ao afastamento das barreiras naturais, quanto à formação de um gênero humano para si (LUKÁCS, 2012).

Mas ideologias também podem apontar para a manutenção do presente. Tais ideologias são denominadas de conservadoras: procuram conservar a estrutura da sociedade tal como existe em um dado momento histórico. As ideologias conservadoras contêm um aspecto negativo, que é a interdição da possibilidade de transformação social que torne efetivos os potenciais de maior socialização dos homens contidos no modo de produção existente. Nesse sentido, tais ideologias podem se tornar reacionárias, não apenas pela interdição da realização de possibilidades emancipatórias latentes no presente, mas também por conter aspectos regressivos que levam à destruição ou à renúncia de elementos progressivos no presente. Tais elementos são abdicados em função da manutenção dos elementos essenciais do modo de produção e se tornam, assim, impulsionadores de regressão social.

Essa progressiva transformação de ideologias revolucionárias em reacionárias é o que Lukács designou como decadência ideológica (LUKÁCS, 1966). A decadência ideológica tem como base principal as observações de Marx sobre as mudanças na ideologia burguesa a partir de 1848, em especial a transformação da economia política em economia vulgar. A partir das revoluções de 1848 na Europa, fica evidente que os interesses comuns entre a classe trabalhadora emergente e a burguesia capitalista na derrocada das relações feudais tinham se transformado em uma contradição de interesses e necessidades. Progressivamente, a ideologia burguesa, e nela o liberalismo econômico, vai se transformado em uma ideologia reacionária no sentido aqui exposto.

Ao longo de sua trajetória de decadência, o liberalismo econômico mantém seu conteúdo geral. Tanto na sua formulação inicial, como nos tempos atuais, o liberalismo econômico pode ser identificado com a defesa da ausência de políticas comerciais restritivas, com a garantia da propriedade privada dos meios de produção, a justificativa do lucro como meio de se obter o progresso material e, de forma mais geral, com a proposição de que a expansão da produção de mercadorias beneficia a todos. A decadência ideológica não surge de uma mudança nesses conteúdos gerais, mas sim

na sua reafirmação em um contexto histórico diferente. Em uma situação histórica diferente da que foi originalmente formulada, os conteúdos gerais são os mesmos.

Mas o fenômeno da decadência ideológica pode ser identificado não apenas na aplicação do mesmo conteúdo geral de uma ideologia em situações históricas diferentes. O mesmo conteúdo geral de uma ideologia é adaptado a condições históricas diferentes com uma mudança de forma. Desse modo, o mesmo conteúdo ideológico geral passa a ser fundamentado de modo diferente, adaptando-se às necessidades de conservação da posição dominante de uma classe social.

Coutinho (2010) e Lukács (1966) fornecem elementos que permitem identificar a decadência ideológica. O primeiro deles é a *imediaticidade*, já identificada por Marx como uma característica fundamental da economia vulgar. Trata-se aqui da substituição da explicação das causalidades dos fenômenos observados no cotidiano da economia capitalista por sua mera descrição e ordenação.

Intimamente ligada a essa perspectiva da imediaticidade está a *ausência ou negação explícita da historicidade da sociedade*. Quando a história não está simplesmente ausente ou implicitamente negada por modelos abstratos de uma suposta generalidade atemporal, ela é estritamente separada da teoria e vista apenas como uma narrativa superficial de uma sequência de fatos conectados apenas pela sucessão temporal. Em outros termos, a realidade social é cindida em um modelo abstrato, genérico e atemporal e em uma sucessão de fatos sem conexão interna. Tal forma de negar a historicidade pode ser encontrada, por exemplo, nos modelos de equilíbrio geral abstratos, que são uma pura e simples negação da história.

A imediaticidade e a negação da historicidade estão associadas à elaboração de ideologias *formalistas*. O formalismo ocorre “Quando o pensar permanece fixo na *universalidade* das ideias” (HEGEL, 1995 p. 53, grifo no original). Uma ideologia formalista é aquela que se atém aos elementos universais e subsume a particularidade ao universal. Se a formulação de

teorias puramente matemáticas, aplicadas de forma universal, é o exemplo mais constante desse formalismo na economia, não é o único contudo. Além disso, o formalismo sempre permite que se deslize para formulação de falsos universais, transformando relações históricas particulares em universais abstratos. Como assinalou Marx, a economia política clássica não esteve isenta de tal deslize, embora, como veremos, Smith tentasse dotar tais universais abstratos de historicidade.

O formalismo carrega, como consequência, uma restrição da capacidade explanatória de uma teoria. Somente aquilo que pode ser formulado de modo universal e supostamente aplicado em todos os casos é passível de explicação. Trata-se aqui do que Coutinho (2010) caracterizou como um empobrecimento da razão.

No formalismo, tudo que não segue as regras capazes de produzir universais – ainda que abstratos ou irrealis – é colocado no campo do irracional ou do arracional. Como aponta Coutinho (2010), o *irracionalismo* é o complemento necessário do formalismo. Por exemplo, “as questões colocadas pela finalidade social dos atos humanos são vedadas à razão” (COUTINHO, 2010, p. 57). Na economia vulgar tornada neoclássica, as preferências como dado não explicável racionalmente são o complemento necessário do formalismo da teoria.

Desse modo, a decadência ideológica contém uma cisão. A objetividade é apreendida por meio de uma razão empobrecida, formalista e incapaz de apreender a historicidade do objeto. *A subjetividade, por sua vez, é tornada vazia, autocontida, mas sem conteúdo determinado.* Essa subjetividade vazia surge com a ideologia romântica anticapitalista. A ideologia romântica ressaltava os efeitos negativos da sociedade capitalista então emergente por esta representar uma suposta perda da espiritualidade do homem (COUTINHO, 2010 p. 45). Mas a saída proposta pela crítica romântica para essa perda de espiritualidade consistia em uma volta ou manutenção do passado aristocrático e da ideologia religiosa, como em Malthus, ou ainda em uma fuga para uma subjetividade desligada do mundo objetivo.



Essa subjetividade vazia, fundada em uma crítica ao capitalismo, se torna seu contrário, pois busca a superação dos problemas trazidos pelo capitalismo na volta a uma mítica idade de ouro ou no exílio interno. Trata-se de uma apologia conformada à situação trazida pelo capitalismo, fundada na afirmação da impossibilidade de se realizar potenciais emancipatórios por meio de uma organização social futura. Assim, como aponta Lukács,

quando as tendências ao progresso objetivo da vida não se percebem, ou inclusive quando são ignoradas mais ou menos deliberadamente, se introduzindo em seu lugar interpretativamente desejos subjetivos como força impulsionadora da mesma, se produz a decadência ideológica. (LUKÁCS, 1966, p. 99)

A decadência ideológica apresenta duas outras características relacionadas às anteriores. A primeira delas é, como aponta Coutinho (2010), o *agnosticismo*. Admite-se que não é possível conhecer uma realidade que exista independente da formalização. Assim, a teoria resvala para um idealismo filosófico subjetivo em formulações diversas. Nesse caso, a teoria é separada não apenas da história, mas da realidade que exista independente da própria teoria. A máxima de Friedman (1966), de que os postulados devem ser úteis – isto é, devem servir para sistematizar e manipular a imediaticidade –, pouco importando se se referem a uma realidade existente independente do teórico ou da formulação dos postulados, é o ponto máximo desse agnosticismo na economia.

Em segundo lugar, o formalismo leva à substituição de relações causais reais por procedimentos formais homogeneizadores. Aqui é possível sempre encontrar duas possibilidades, não mutuamente excludentes. A primeira delas é a substituição de relações causais por correlações funcionais – característico da economia vulgar em sua vertente neoclássica. Outro procedimento possível é a construção daquilo que Marx chamou de *fraseologias*. Trata-se da substituição da investigação e explicação de relações causais reais por meras frases construídas arbitrariamente.

A fraseologia consiste na definição arbitrária de universais, construídos tautologicamente pela própria definição. Nesse sentido, a fraseologia se apresenta como um escolasticismo moderno. Como assinalou Lukács: “O escolasticismo é, na ideologia da época da decadência, um sistema de ideias extraordinariamente complicado e que trabalha com definições intrincadas e inventadas com sutileza, às quais, sem embargo, só falta um pequeno detalhe, a saber: que não se referem à coisa mesma” (LUKÁCS, 1966, p. 91).

Com esses conceitos universais arbitrários são construídas frases que se encerram em si mesmas. Justapostas sem nenhuma conexão interna, essas frases constituem um amontoado incoerente de proposições formando um sistema eclético. Mas esse amontoado incoerente é um meio de homogeneização não quantitativo, mas linguístico. Por meio de formulação de frases com definições arbitrárias e junção de afirmações incoerentes, as contradições reais são apresentadas em uma frase para serem imediatamente negadas e homogeneizadas nas seguintes. Desse modo, a fraseologia fornece um conjunto de ideias que podem ser usadas *à la carte* na luta de classes, de acordo com as circunstâncias.

No restante deste artigo veremos como os elementos que constituem o conteúdo do liberalismo econômico são transformados, ganhando elementos da decadência ideológica presentes no neoliberalismo de von Mises e que estavam ausentes em Smith.

## **2. O liberalismo iluminista de Adam Smith**

O liberalismo econômico se fundamenta na proposição de que o livre comércio e a garantia da propriedade privada dos meios de produção são condições essenciais, ou mesmo exclusivas, para a realização do bem comum. Em tais condições, a busca da satisfação do autointeresse levaria à expansão do mercado e ao crescimento da produção. Nessa situação os interesses comuns não conflitariam com os interesses individuais ou de grupos sociais, nem haveria conflitos de interesses entre indivíduos ou grupos

sociais. Assim, todos se beneficiariam do crescimento da riqueza movido pela expansão do mercado e nenhum indivíduo, grupo social ou nação poderia obter benefícios causando prejuízo a outros. Tal proposição central do liberalismo se mantém desde o liberalismo iluminista de Adam Smith ao neoliberalismo de von Mises.

Para Adam Smith, os homens, movidos pelo sentimento de amor próprio, buscam satisfazer seus interesses próprios persuadindo uns aos outros com o uso da linguagem e da razão. Cada um apela à vantagem que o outro pode obter ao satisfazer o seu interesse. É na busca do autointeresse, movido pelo sentimento de amor próprio e pelo uso da razão e da linguagem, que residiria a propensão natural à troca. É a partir dessa propensão natural à troca que se originam a divisão do trabalho e o conseqüente aumento da riqueza, e, com ela, a expansão dos mercados, que difunde a riqueza para todos. A busca do autointeresse, ao aumentar a riqueza que se difunde pela sociedade por meio da expansão dos mercados, levaria ao bem comum.

O parágrafo anterior apresenta uma visão sintética do núcleo central que fundamenta o liberalismo econômico de Adam Smith, contido principalmente nos três primeiros capítulos de *A riqueza das nações*. As premissas das conclusões liberais de Smith se encontram em uma universalização do comportamento mercantil da sociedade capitalista como uma natureza humana imutável, aquilo que anteriormente foi designado como um falso universal. Mas reduzir a obra de Smith, e mesmo seu argumento liberal, a esse núcleo central seria uma caricatura. Os argumentos de Smith estão longe da negação da história e do formalismo, e o conseqüente agnosticismo e irracionalismo que caracterizam a decadência ideológica do liberalismo econômico.

Em Smith, história e teoria são inseparáveis. Primeiramente, embora deslize para falsos universais, Smith os deriva a partir da observação e comparação histórica. Smith não segue os princípios da razão pura ou da especulação metafísica descobertos de forma intuitiva e não passíveis de prova ou contestação. Smith usa a evidência histórica não apenas para fundar os

princípios da natureza humana, mas também para ilustrar e provar a existência de seus princípios. É farta a ilustração histórica em *A riqueza das nações*, onde não se encontram modelos formais, independente da acuidade da evidência histórica e desta provar suas afirmações (REDMAN, 1997, cap. 5; FINE; MILONAKIS, 2009, cap. 4).

Mas história e teoria estão ligadas de forma ainda mais profunda em Smith. Embora considere os princípios da natureza humana como universais presentes em todas as épocas e formas de organização social, Smith não para nos universais e os repete em todas as situações particulares. Tome-se a origem da divisão do trabalho como exemplo. Embora Smith remeta à origem da divisão aos tempos primitivos, ele é suficientemente sensível à historicidade para admitir que a divisão do trabalho só se desenvolve plenamente “após o estágio da agricultura” (SMITH, 1982, p. 495).

Aqui podemos ver que os princípios universais de Smith estão sujeitos a mudanças e, nesse sentido, são dotados de historicidade. A plena realização ou validade desses princípios não é independente das variadas situações históricas; em outras palavras, a teoria da natureza humana em Smith é correlata a uma teoria da história. A satisfação do autointeresse, a busca de melhorar sua condição e a plena realização da propensão à troca dependem de instituições legais e modos de governo. Os modos de governo e as instituições legais, por sua vez, são dependentes do modo de subsistência. Aqui se pode vislumbrar uma teoria materialista da história na qual, embora a natureza humana seja apreendida como redutível a princípios universais, os comportamentos, hábitos e instituições efetivos estão relacionados ao modo como os homens reproduzem sua vida material (MEEK, 1977, p. 16). Em resumo, para Smith, a história não é apenas uma sucessão de fatos desconexos, nem as proposições sobre a natureza humana são meramente formais.

A ausência de formalismo e o senso de historicidade presentes na obra de Smith conferem a esta uma objetividade ausente da teoria econômica de meados do século XIX e do século XX. A teoria do valor-trabalho de Smith,

mesmo repleta de incongruências teóricas e estendida aos tempos mais remotos da história, deriva-se de uma condição objetiva, a divisão do trabalho e a economia mercantil. Smith atribui a mudança na determinação do valor dos tempos primitivos para os tempos civilizados do trabalho contido para a soma das rendas a alterações nas condições objetivas da sociedade com o surgimento da acumulação de capital e da propriedade privada da terra. A validade analítica de tal mudança na determinação do valor é questionável, mas o importante para o argumento deste artigo é que Smith revela uma sensibilidade histórica ao tratar da modificação nas leis econômicas como resultado de uma mudança nas condições históricas objetivas.

A subjetividade contida na teoria da natureza humana em Smith, embora dotada de certo grau de formalismo, não é vazia e indeterminada. Smith propugna a existência de uma natureza humana comum, que determina os desejos dos homens, que, deste modo, não são o resultado de um puro exercício arracional da vontade autodeterminada. Ao se referir ao custo subjetivo do trabalho para o trabalhador em termos do “contingente de seu desembaraço, de sua liberdade e de sua subjetividade”, Smith afirma que esse custo subjetivo é igual para todos os trabalhadores nas mesmas condições de “saúde, vigor e disposição e no grau normal de sua habilidade e destreza” (SMITH, 1996, p. 89).

Seria equivocado buscar aqui uma referência à desutilidade do trabalho da economia neoclássica, pois se trata do resultado de uma natureza humana compartilhada por todos os indivíduos e não do sentimento individual e particularizado de dor ou ausência de prazer no trabalho. Se fosse possível falar de desutilidade, essa seria a mesma para todos, o que significaria que a oferta de trabalho não é resultado de uma escolha individual vazia de conteúdo. Nada mais distante do subjetivismo da teoria econômica neoclássica e do neoliberalismo de von Mises.

Os fins sociais da ação humana não estão fora do campo da explicação racional em Smith. A busca de melhorar sua condição estaria presente em todos os homens segundo Smith, e não é indeterminada, mas significa,

objetivamente, a busca de riqueza, o atendimento de comodidades e necessidades. Ademais, a busca do autointeresse não é um fim vazio e indeterminado, mas condicionado por restrições morais e legais objetivas. Trata-se aqui do (falso) problema de Adam Smith.

O já desgastado problema de Adam Smith se refere à suposta contradição entre *Teoria dos sentimentos morais*, na qual os indivíduos seriam movidos pela simpatia, interpretada como um desejo de sociabilidade ou ainda como altruísmo, e *A riqueza das nações*, em que os homens seriam movidos apenas pelo autointeresse, entendido como sinônimo de egoísmo, sendo os vínculos sociais meramente utilitários. Estudos recentes da obra de Smith demonstram que essa suposta incongruência entre as duas obras é equivocada. A simpatia não é uma paixão, um motivo que impulse a ação, mas um critério de julgamento moral (REDMAN, 1997, p. 235). Para julgar se uma ação é boa ou má sob os critérios de decência, justiça ou virtude, cada um se coloca no lugar do outro que é perpetrador ou objeto da ação. Essa capacidade de se colocar no lugar do outro é o que Smith denomina como simpatia. A partir dessa faculdade, cada um reflete sobre as ações dos outros e as próprias, julgando-as adequadas ou inadequadas caso despertem um sentimento de aprovação ou reprovação no outro.

A simpatia cria um vínculo moral entre os indivíduos e funciona como um freio moral às ações humanas, incluindo as movidas pelo autointeresse. A partir da simpatia se constroem os sentimentos de aprovação ou desaprovacão social das ações dos indivíduos. A partir dos critérios de decência, virtude e justiça se estabelecem códigos morais e legislação que restringem de forma objetiva e dão conteúdo determinado às finalidades da ação humana. A busca de melhorar a própria condição não é perseguida por todos os indivíduos, segundo Smith, apenas pelo autointeresse, mas também porque conta com a aprovação moral. Smith fala da admiração pelos ricos, com a ressalva de que esta “é, ao mesmo tempo, a grande e universal corrupção de nossos sentimentos morais” (SMITH, 2002, p. 72). Por sua vez, a busca do autointeresse sem ser temperada pela prudência é moralmente rejeitada.

Mas não é apenas o código moral e a legislação que restringem e dão conteúdo objetivo determinado aos fins subjetivos. Para Smith, a subjetividade compartilhada por todos os indivíduos por meio de uma natureza humana comum está imersa na objetividade histórica e o próprio código moral e a legislação variam no tempo e no espaço, objetivamente condicionados pelo modo de subsistência.

Além disso, o modo como cada um busca satisfazer seu interesse é restringido pela condição objetiva de classe dos indivíduos mais do que, ou tanto quanto, por suas características individuais subjetivas. As três classes que formam a sociedade civilizada, a sociedade capitalista, são definidas por Smith a partir das suas fontes de rendimento, que, por sua vez, são condicionadas pela distribuição objetiva dos meios de produção: a acumulação de capital, a propriedade privada da terra e a venda do trabalho por parte daqueles que não acumularam capital ou não têm a propriedade da terra.

As restrições objetivas e o conteúdo determinado das ações humanas em Smith levam a uma qualificação da sua conclusão liberal, a de que a liberdade na busca do interesse próprio leva ao bem comum. Em outros termos, não é a simples aplicação de um princípio universal a diversas circunstâncias particulares. Ao contrário do que possa parecer em uma leitura de partes isoladas de *A riqueza das nações*, a realização do bem comum pela busca do autointeresse não é o resultado de um formalismo. Trata-se aqui da interpretação formalista da metáfora da mão invisível.

Para Smith, a busca do autointeresse em um sistema de liberdade natural, ou seja, nas condições do liberalismo econômico, só leva ao bem comum quando dotada desses freios morais proporcionados pela simpatia. Mas não é em todas as situações que os freios morais seriam capazes de conter espontaneamente o autointeresse na direção da realização do bem comum. A metáfora da mão invisível, quando supervalorizada, faz crer que, para Adam Smith, a busca do interesse próprio sempre leva ao bem comum, independente da presença de freios morais e de circunstâncias particulares.

A referência à mão invisível em Smith aparece uma única vez em *A riqueza das nações*, quando argumenta contra as restrições de importações. Tais restrições, segundo Smith, seriam prejudiciais ou, ainda, desnecessárias, pois os indivíduos procurariam alocar seu capital da forma mais vantajosa para si e, quando fosse esse o caso, alocariam seu capital espontaneamente nas atividades do país:

Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, *como em muitos outros casos*, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, *nem sempre é pior* para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo *muitas vezes* promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. (SMITH, 1996, p. 438, grifos nossos)

Smith se refere aqui a “muitos outros casos” e às “muitas vezes” em que o indivíduo, ao buscar seu próprio interesse, “promove o interesse da sociedade”. A decadência ideológica transformou a metáfora da mão invisível em um universal abstrato, ampliando-o implícita ou explicitamente para “todos os casos” e “sempre”. Mas embora se possa afirmar que as ações dos indivíduos resultem em consequências não intencionais, para Smith, não é em todos os casos que essa consequência é o bem comum.

Em pelo menos um caso Smith admite que o efeito da busca do autointeresse pode não ser a realização do bem comum, pelo contrário. Trata-se aqui da teoria monetária de Smith. Nesse caso, a imprudência de alguns tomadores de empréstimos poderia levar a perdas para todos. Em um sistema de total liberdade para emissão de crédito, os bancos realizariam empréstimos para projetos “extravagantes” e “não lucrativos” para tomadores imprudentes. A obtenção desses empréstimos dar-se-ia por meio de “transações fictícias”, isto é, o saque de letras de câmbio que não representam uma dívida contra alguém que ressaca uma letra de câmbio contra o primeiro



emissor em outra praça antes de seu vencimento. Com essas transações fictícias, afirma Smith, se produz dinheiro sem contrapartida no capital real da sociedade e se financiam projetos de investimentos imprudentes que não obtêm o retorno esperado, levando os bancos à falência.

Nessa circunstância particular, a ausência de freio moral de alguns impede que a mão invisível atue gerando os benefícios para todos. Desse modo, Smith propõe que a mão visível da regulamentação bancária substitua o freio moral ausente em alguns tomadores de empréstimos. Em resumo, Smith não só admite que a mão invisível não é um formalismo que atua em todos os casos, mas, na ausência desta, não hesita em propor restrições à busca do autointeresse dos indivíduos em favor da realização do bem comum:

Sem dúvida, tais regulamentos podem ser considerados, sob certo aspecto, uma violação da liberdade natural. Todavia, tais atos de liberdade natural de alguns poucos indivíduos, pelo fato de poderem representar um risco para a segurança de toda a sociedade, são e devem ser restringidos pelas leis de todos os governos, tanto dos países mais livres como dos mais despóticos. A obrigação de erguer muros refratários, visando a impedir a propagação de um incêndio, constitui uma violação da liberdade natural, exatamente do mesmo tipo dos regulamentos do comércio bancário aqui propostos. (SMITH, 1996, p. 328)

Não é apenas a ausência de freios morais em determinadas situações que pode interferir na realização do bem comum a partir da busca do autointeresse. Smith aponta várias situações em que a busca do autointeresse condicionada pela condição de classe dos indivíduos pode ir contra o interesse geral.

Smith conclui que o estado progressivo da sociedade, quando a riqueza cresce em função da ampliação da acumulação de capital, do aprofundamento da divisão do trabalho e da expansão do mercado, é “o estado desejável e favorável para todas as classes sociais” (SMITH, 1996, p. 131). Mas Smith adiciona uma ressalva: a de que, embora os interesses dos proprietários de terra e os dos trabalhadores no crescimento econômico coincidam com

os da sociedade, pois renda da terra e salários aumentariam nessa situação, os interesses dos empregadores são contrários aos da sociedade, uma vez que os lucros diminuem ao longo do período de crescimento.

Aqui os interesses de uma classe não levam diretamente ao bem comum, pelo contrário. Smith afirma que “o interesse dos negociantes, em qualquer ramo específico de comércio ou de manufatura, sempre difere, sob algum aspecto, do interesse público, e até se lhe opõe” (SMITH, 1996, p. 273). A oposição entre os interesses dos empregadores e os da sociedade é ampliada pela diferente capacidade que cada classe tem para fazer valer seus interesses.

Os proprietários tendem à indolência, já que sua renda não vem de seu esforço e não reconhecem seu próprio interesse; os trabalhadores, por sua vez, não têm o tempo para reconhecer seu interesse e para fazê-lo valer, mesmo quando o reconhecem, por seus hábitos e modo de vida. Os empregadores, por sua vez, possuem melhor conhecimento de seus interesses e são mais ouvidos devido a sua riqueza. Aqui Smith indica que o interesse de uma classe cria um obstáculo para que a harmonia dos interesses seja alcançada, ou seja, a contradição entre o interesse de uma classe e o interesse comum. Smith recomenda cautela nas propostas de leis e regulamentações comerciais que partam dos empregadores, afirmando que “É proposta que advém de uma categoria de pessoas cujo interesse jamais coincide exatamente com o do povo, as quais geralmente têm interesse em enganá-lo e mesmo oprimi-lo e que, conseqüentemente, têm em muitas oportunidades tanto iludido quanto oprimido esse povo” (SMITH, 1996, p. 273).

Em resumo, embora Smith admita que, de uma forma geral, a harmonia dos interesses prevaleça, a relação entre o autointeresse dos indivíduos e classes com o bem comum não é isenta de contradições em todas as situações. Ideólogo do liberalismo na fase em que o capitalismo ainda lutava contra aspectos feudais da sociedade, pré-Revolução Francesa e pré-Revolução Industrial, Smith pôde perceber algumas das contradições presentes na sociedade então emergente, sem ocultá-las sob fraseologias ou formalismos quantitativos.

### 3. A decadência ideológica no neoliberalismo de von Mises

Com a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e, posteriormente, com a crise de 1929, o liberalismo do tipo *laissez faire* entra em crise e parecia definitivamente morto. É nesse contexto que von Mises propõe reconstruir o liberalismo com o livro *Liberalism*, publicado em 1927 em língua alemã, que pode ser considerado a fundação da ideologia neoliberal. Os argumentos da ideologia liberal de von Mises estão sintetizados em seu livro *Human Action*.

Von Mises propõe reconstruir os argumentos liberais como uma aplicação de uma ciência mais geral, a praxeologia. A praxeologia é formulada como uma teoria da ação cujas premissas são de caráter *a priori*. Segundo von Mises, as premissas da praxeologia “São categorias finais, impossíveis de serem analisadas” (VON MISES, 1998, p. 34); “Não estão sujeitas a verificação ou falseamento com base na experiência e nos fatos” (VON MISES, 1998, p. 32) nem “derivam da experiência” (VON MISES, 1998, p. 32).

Um conjunto de definições tautológicas e arbitrárias formam as premissas da praxeologia: a ação visa a obtenção de um fim; um fim é tudo que o homem procura alcançar, um meio é tudo que o agente considera como tal (VON MISES, 1998, p. 93); ação é a tentativa de substituir um estado de coisas menos satisfatório por um mais satisfatório (VON MISES, 1998, p. 97); o agente tem uma escala de valores ou desejos em sua mente quando planeja suas ações (VON MISES, 1998, p. 94).

A praxeologia, ponto de partida do liberalismo de von Mises, é “puramente formal e geral, sem referência ao conteúdo material e às características particulares do caso efetivo. Ela almeja o conhecimento válido para todos os casos em que as condições correspondem exatamente às implicadas por seus supostos e inferências” (VON MISES, 1998, p. 32). Trata-se aqui do formalismo no sentido anteriormente dito, aquele conhecimento que para nos universais. Embora seja muito difundida a noção de que von Mises e os austríacos sejam heterodoxos do ponto de vista teórico, pela rejeição do uso

da matemática, trata-se apenas da substituição de um formalismo quantitativo por um discursivo.

Em um procedimento típico do escolasticismo da decadência ideológica, von Mises transforma categorias econômicas concretas e objetivas em “definições intrincadas e inventadas com sutileza” (LUKÁCS, 1966, p. 91) da praxeologia por meio de um truque discursivo. Assim, o valor “é a importância que o agente atribui aos fins últimos” (VON MISES, 1998, p. 96); custos são valores atribuídos à satisfação que se deve renunciar para obter um fim, lucros são o acréscimo na felicidade do homem (VON MISES, 1998, p. 97), juros passam a ser a razão entre o valor atribuído à satisfação imediata e o atribuído à satisfação futura (VON MISES, 1998, p. 523). Além disso, toda ação é formalmente uma troca de um estado insatisfatório por um satisfatório (VON MISES, 1998, p. 97). Deste modo, a propensão natural à troca de Adam Smith, contestável empírica e teoricamente, é transformada por von Mises em uma fraseologia sobre a ação humana, vazia de qualquer conteúdo real.

A economia de von Mises é deduzida da praxeologia. A economia, segundo von Mises, lida com um modo específico de ação em condições menos gerais que a praxeologia. A economia lida com um tipo de ação específica, a ação do homem no mercado, e seu objeto é a “determinação dos preços relativos” (VON MISES, 1998, p. 233). Deste modo, a economia é reduzida a uma ciência das trocas, uma catalática. Mas esse caráter menos geral não implica a renúncia ao formalismo, por dois motivos.

Primeiramente, se a economia se refere à ação humana em condições dadas na realidade, tais condições são interpretadas de acordo com as categorias gerais da praxeologia. Desta forma, os lucros monetários, um fenômeno presente em condições reais da economia capitalista, são interpretados como um fenômeno social originário das valorações que os indivíduos fazem da contribuição dos outros à cooperação social, mas que têm origem na busca da satisfação psíquica (VON MISES, 1998, p. 287). Assim, o fenômeno real e objetivo do lucro monetário, embora diferenciado dos lucros originais, é

reinterpretado de forma escolástica como originário de uma definição formal e subjetiva de lucros.

Em segundo lugar, von Mises propõe um método formalista também para a economia, o método da construção imaginária. As construções imaginárias são “produtos da dedução”, “derivados da categoria fundamental da ação” (VON MISES, 1998, p. 237), sobre as quais von Mises afirma explicitamente que “o economista não está preocupado com a questão de até que ponto ela representa as condições reais que ele deseja analisar” (VON MISES, 1998, p. 237).

Von Mises confronta vários mundos imaginários, do equilíbrio geral ao socialismo, com o mundo imaginário da economia de mercado irrestrita, “que não se referem à coisa mesma” (LUKÁCS, 1966, p. 91). Trata-se de um exercício escolástico, muito distante e, por vezes, oposto à tentativa de Adam Smith de fundar seus argumentos em observações sobre o mundo realmente existente.

O formalismo extremo e pervasivo de von Mises dá a tônica geral da decadência ideológica de seu liberalismo. Ao contrário do imbricamento entre teoria e história em Smith, von Mises procura separar, de forma estrita, história e teoria econômica, compreendendo esta última como um ramo da praxeologia. Sendo ciências *a priori*, a praxeologia e a economia não podem ser contestadas ou inferidas da história. Em outras palavras, as categorias da economia não são dotadas de historicidade.

A história, por sua vez, “é a coleta e o arranjo sistemático de todos os dados da experiência referente à ação humana” (VON MISES, 1998, p. 30). Para von Mises, a história em nada contribui para a solução de problemas concretos e está sujeita a várias interpretações (VON MISES, 1998, pp. 30-31). Em outras palavras, von Mises entende a história como uma sucessão de fatos sem conexão interna, sujeita à interpretação arbitrária do historiador. Deve-se notar que von Mises não se furta a propor uma interpretação da história com base nos conceitos da praxeologia em seu livro *Theory and History*. Fica evidenciado aqui o ecletismo que justapõe ideias incoerentes, pois a

interpretação da história com base na praxeologia é tão arbitrária quanto qualquer outra nos termos do próprio von Mises.

Von Mises afirma que a história não seria neutra em relação a juízos de valor (VON MISES, 1998, p. 48) e estaria sujeita à interpretação subjetiva do sentido das ações humanas concretas por meio da intuição (VON MISES, 1998, p. 49). Ao negar a neutralidade da História, na verdade, von Mises nega a existência de causalidade na história ou a possibilidade de uma teoria da história. Ao propor que a escolha de fatos relevantes é originária de um juízo de valor, a premissa implícita é que esta não decorre da descoberta ou, pelo menos, da hipótese de uma relação de causalidade entre os fatos.

Além disso, ao negar a existência de um método histórico para a economia (VON MISES, 1998, p. 66) e relegar a interpretação da história à intuição subjetiva, von Mises traz implícito um abismo entre o universal da praxeologia e da economia e os fenômenos particulares investigados pela história. Coerente com seu formalismo, apenas o que se refere ao universal puro, homogêneo e vazio de particulares, pode ser apreensível racionalmente e objeto da ciência.

Mas o fato de von Mises relegar a história à suposta irracionalidade da compreensão dos significados das ações por meio da intuição, e afirmar o racionalismo da praxeologia e do liberalismo dela derivados, não esconde a base irracionalista sobre a qual se ergue esse suposto racionalismo. O racionalismo formal de von Mises se ergue sobre a premissa de que a ação humana visa à realização de fins pelo uso de determinados meios, e que os fins são resultados de juízos de valor. Von Mises chega a afirmar que ação e razão são a mesma coisa (VON MISES, 1998, p. 39).

Mas a razão está restrita à busca dos meios: os juízos de valor e os fins últimos sobre os quais se fundamenta a ação humana são dados últimos não passíveis de serem analisados. O agnosticismo leva aqui ao irracionalismo na base do edifício racionalista; é do próprio von Mises a afirmação de que “o dado último pode ser chamado de fato irracional” (VON MISES, 1998, p. 21). Mas se a ação é o mesmo que a razão e se a razão é um “dado último que não

pode ser analisado ou questionado por si mesma”, então estamos diante da conclusão de que a razão é um fato irracional. Essa razão que se fundamenta no irracional é uma razão empobrecida, meramente formal.

Deste modo, a afirmação de von Mises de que “o liberalismo é racionalista” (VON MISES, 1998, p. 157) não passa de uma mera frase. Ao fazer uma analogia superficial entre o socialismo, uma construção imaginária definida de modo meramente formal, e a teocracia, von Mises afirma que a “lei fundamental do regime teocrático é um *insight* que não está aberto ao exame pela razão e à demonstração por métodos lógicos” (VON MISES, 1998, p. 155). Se o liberalismo é derivado da praxeologia e da economia como uma aplicação prática destas, e a praxeologia e a economia se fundamentam em uma teoria da ação cujos dados últimos não podem ser examinados pela razão nem demonstrados logicamente, conclui-se, silogisticamente, que o liberalismo de von Mises é um tipo de teocracia construído sobre afirmações metafísicas.

Essa razão empobrecida e seu fundamento irracionalista se refletem na cisão do mundo entre uma objetividade inalcançável e uma subjetividade vazia. Com base no agnosticismo acerca da relação entre a consciência e a fisiologia, von Mises afirma que “a razão e a experiência nos mostram dois campos separados: o mundo externo dos fenômenos físicos, químicos e fisiológicos, e o mundo interno do pensamento, sentimento, valoração e ação finalística [purposeful]” (VON MISES, 1998, p. 18). Um ponto a ser notado, embora esteja fora do escopo deste artigo, é que a afirmação de von Mises, mesmo tendo um caráter epistemológico, leva-o a um compromisso com uma ontologia de dois mundos, de natureza religiosa.

A cisão entre os dois mundos em von Mises é levada até as últimas consequências, reaparecendo na economia e na sua teoria social. As categorias econômicas concretas, como visto antes, são reduzidas por von Mises a definições subjetivas formais. Isso coloca um problema: se valores, lucros, perdas e custos são categorias subjetivas, insondáveis à razão e, conseqüentemente, não mensuráveis, como aparecem em quantidades de dinheiro – calculáveis e mensuráveis? Não se pode encontrar em von Mises

uma análise dos mecanismos que levam das categorias subjetivas formais às categorias econômicas objetivas.

Von Mises não traz nenhum avanço à teoria econômica, reproduzindo afirmações já encontradas em Smith sob a forma de fraseologias *a priori*: a divisão do trabalho aumenta a produtividade, os preços de mercados levam à alocação da divisão do trabalho de acordo com a demanda por meio da alocação de capital através do estímulo dos lucros. Tais elementos de natureza genérica são recheados de uma fraseologia sobre a subjetividade vazia, formal e sem conteúdo determinado, e seu caráter objetivo se atém à imediatividade. Assim, a crítica que von Mises faz ao equilíbrio, a qual levou alguns a classificarem os austríacos no campo da heterodoxia da teoria econômica, se reduz à afirmação trivial de que os preços de mercado estão em constante flutuação devido a mudanças nos dados econômicos. Não é preciso escrever um livro de mais de 800 páginas para se chegar a tal obviedade.

No campo da teoria social mais geral, von Mises admite que os indivíduos nascem em uma sociedade já organizada. Mas a sociedade é, para os indivíduos, uma cooperação necessária para a obtenção de seus fins, sempre indeterminados. Se a sociedade é apenas um meio que deve se adequar aos fins e estes são aquilo que os indivíduos buscam com sua ação, a sociedade mesma aparece como indeterminada. Aqui são os desejos dos indivíduos que movem o progresso objetivo, um elemento típico da decadência ideológica.

O subjetivismo de von Mises leva-o a afirmar que a sociedade é um produto das ideologias (VON MISES, 1998, p. 188). Aparentemente a ideologia é um produto social, de indivíduos cooperando em sociedade nos termos de von Mises. A ideologia é uma forma de pensamento e “as ideias não são uma realização de indivíduos isolados” (VON MISES, 1998, p. 188). Poder-se-ia concluir que von Mises advoga um idealismo objetivo, em que as ideias produzem a sociedade através das ações dos indivíduos. Mas um pouco antes da afirmação citada acima, von Mises afirma que “são sempre os indivíduos que pensam. A sociedade não pensa mais do que come ou bebe” (VON MISES, 1998, p. 177) e que “o pensamento é sempre uma manifestação



dos indivíduos” (VON MISES, 1998, p. 178). A contradição entre indivíduos e sociedade é reduzida a uma mera justaposição de frases e, dessa forma, negada em sua objetividade – um recurso típico da decadência ideológica.

Para von Mises, as ideologias têm poder sobre os homens, mas somente um homem ou grupo de homens tem poder sobre outros (VON MISES, 1998, p. 186). Conclui-se, portanto, que a ideologia que guia a ação dos homens é produto de alguns homens – os ideólogos e, mais precisamente, os economistas. Aqui von Mises advoga o escolasticismo em seu sentido literal – são os homens das escolas que criam o mundo.

A incongruência evidente das afirmações de von Mises revela o elemento reacionário típico da decadência ideológica. Von Mises não é um anticapitalista romântico, embora seja um crítico romântico do capitalismo de sua época, visto por ele como caminhando para um suposto socialismo. Desta forma, a apologia romântica do capitalismo pelos seus defeitos se faz presente em sua ideologia, por vezes de forma direta, por outras, indiretamente, sob a forma de neutralidade axiológica. Deve-se notar que Smith reconhecia deficiências na sociedade capitalista emergente, mas propunha soluções que limitavam o sistema natural de liberdade em lugar de fazer a apologia do capitalismo pelo seu “lado ruim”.

Von Mises afirma que a defesa da desigualdade é a principal diferença entre seu neoliberalismo e o liberalismo clássico. A desigualdade de renda e o consumo de luxo que a acompanha permitem, segundo von Mises, a inovação de produtos que se tornam consumo de massa com o tempo (VON MISES, 1985, p. 32). Assim, afirma que “a maioria de nós não tem simpatia para com os ricos ociosos que gastam sua vida em prazeres sem realizar qualquer trabalho. Mas mesmo eles exercem uma função na vida do organismo social” (VON MISES, 1985, p. 32). Aqui von Mises se situa ao lado do reacionário Malthus, defensor da manutenção da nobreza ociosa no capitalismo, e se coloca de forma frontalmente oposta ao liberal Adam Smith. Smith era um crítico ferrenho da ociosidade e da indolência da nobreza, que via como um obstáculo ao crescimento da riqueza.

Mas a defesa da desigualdade de renda como funcional ao capitalismo é apenas um aspecto de uma característica mais geral do liberalismo decadente de von Mises. A defesa dos ricos indolentes é apenas parte de uma defesa mais geral de uma divisão hierárquica da sociedade capitalista entre uma elite e uma massa. Ao afirmar sua diferença com o liberalismo clássico quanto ao progresso, von Mises assinala que este acreditava que “as massas eram moralmente boas e razoáveis” e que “as pessoas comuns, especialmente os camponeses e trabalhadores, eram glorificadas, de modo romântico, como nobres e sem erros de julgamento” (VON MISES, 1998, p. 193). Em *Liberalismo*, o mesmo argumento é complementado com a afirmação de que falta às massas, ou seja, aos camponeses e trabalhadores, “a capacidade de pensar logicamente” (VON MISES, 1985, p. 157).

O elitismo de von Mises é disfarçado pela referência eclética à teoria da circulação das elites de Pareto. No capitalismo, afirma von Mises, a possibilidade de ser elite está aberta a todos, independente do nascimento, sendo alcançada apenas pelo esforço próprio. Mas tal afirmação, mesmo não renunciando à divisão entre elite e massa, é justaposta à afirmação da desigualdade natural dos homens. Von Mises afirma que “ao recompensar os esforços individuais de acordo com seu valor, ele [o mercado] deixa a todos a chance da utilização mais ou menos completa de suas faculdades e habilidades. Naturalmente, esse método não pode eliminar as desvantagens da inferioridade pessoal inerente” (VON MISES, 1998, p. 285).

Em resumo, a igualdade natural entre os homens do liberal Adam Smith é abandonada em favor da naturalização da pobreza do aristocrático Malthus. A meritocracia do mercado é só mais uma frase, um *slogan* para uso na luta de classes, já que a própria natureza teria criado indivíduos inferiores e superiores e o que é dado pela natureza não é resultado do mérito individual. Da mesma forma que Malthus, von Mises naturaliza o lado mau do capitalismo e faz a sua apologia.

A apologia do capitalismo pelos seus problemas aparece indiretamente em von Mises por meio da afirmação da neutralidade axiológica e da soberania

do consumidor. Em Smith, os empregadores eram dotados de freios morais e sociais por meio da simpatia e, na ausência destes, deveriam ser restringidos pela legislação. O elemento ético está entrelaçado com a teoria econômica e o liberalismo de Smith. Já o consumidor soberano de von Mises é uma criatura implacável em seu desejo de obter bens, “um patrão egoísta e cruel, repleto de caprichos e fantasias, mutável e imprevisível” (VON MISES, 1998, p. 270). O consumidor soberano é um ser amoral e sem freios de qualquer natureza, praticamente um déspota nada esclarecido, que von Mises tenta esconder sob o slogan da neutralidade axiológica da economia.

Von Mises afirma que “o industrialismo moderno não tem a intenção de aumentar a alegria no trabalho”, e que os empregadores, sendo submetidos às necessidades dos consumidores, “não se importam com os sentimentos de seus empregados como trabalhadores. Ele tem exclusivamente a intenção de servir aos consumidores” (VON MISES, 1998, p. 586). Assim, as más condições e a alienação do trabalho são vistas como positivas se não conflitam com o atendimento dos desejos dos consumidores.

Após reafirmar a neutralidade axiológica da economia, von Mises apela novamente à soberania do consumidor para realizar a apologia da ausência de freios morais dos capitalistas. Segundo von Mises, os empreendedores obtêm lucros por serem bem-sucedidos em atender os desejos dos consumidores, e as pessoas “não vão à guerra para aumentar os lucros dos ‘mercadores da morte’” (VON MISES, 1998, p. 297). Assim, “os empreendedores servem aos consumidores com eles são hoje, fracos e ignorantes” (VON MISES, 1998, p. 297).

Mas a neutralidade axiológica da economia e a amoralidade do empreendedor são apenas mais um exemplo de sua fraseologia, *slogans* para serem usados *à la carte* na luta de classes. De fato, a afirmação de von Mises é que obter lucros fornecendo instrumentos para matar pessoas não é moralmente condenável se esse é o desejo do consumidor. Impedir o consumidor de realizar seu desejo, mesmo que este seja de matar pessoas, é moralmente condenável. O argumento de von Mises sobre a neutralidade valorativa da

economia e dos lucros contém um juízo de valor que transforma o mal em bem.

A neutralidade axiológica de von Mises é um mito, pois seu liberalismo funda-se em um juízo de valor: manter a propriedade privada dos meios de produção por qualquer meio é sempre moralmente aceitável, a interferência do Estado na economia e a defesa do socialismo são sempre moralmente condenáveis. Embora afirme que a praxeologia é axiologicamente neutra e que “não diz que um homem é perverso porque prefere o desagradável, o prejudicial e o doloroso ao agradável, benéfico e prazeroso” (VON MISES, 1998, p. 95), von Mises afirma que é função do Estado agir com a aplicação da ameaça e da violência física em relação àqueles que agem em prejuízo do bom funcionamento da sociedade (VON MISES, 1998, p. 148). Mais uma vez, contradições são transformadas em mera justaposição de afirmações incoerentes.

Como, para von Mises, a única sociedade viável é a capitalista, manter o bom funcionamento da sociedade significa manter a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, conclui-se que von Mises advoga a ação do Estado por meio da violência física contra os socialistas. A despeito de sua defesa da batalha de ideias e da paz como um valor do liberalismo, como ele afirma que as massas, isto é, os trabalhadores, são naturalmente ignorantes, pode-se inferir “logicamente” que o recurso à violência física contra os que desejam transformar a sociedade é o fundamento sobre o qual von Mises assenta a manutenção do capitalismo.

A defesa da desigualdade e da hierarquia natural, a apologia do lado mau do capitalismo e a defesa da moralidade do recurso à violência física contra as dissidências são características do anticapitalismo romântico absorvidas pelo liberalismo em sua fase de decadência ideológica. Pode parecer estranha essa semelhança, mas o liberalismo de von Mises se fundamenta em uma utopia regressiva. Não se trata, obviamente, de voltar a uma sociedade pré-capitalista, mas de “trazer o mundo de volta ao liberalismo” (VON MISES, 1985, p. 156), um retorno a uma suposta idade de ouro do

capitalismo, na qual o liberalismo não encontrava oposição forte o suficiente e poderia ter se desenvolvido plenamente (VON MISES, 1985, p. xvi).

O caráter reacionário do liberalismo de von Mises torna a sua defesa da harmonia dos interesses pelo mercado, núcleo central da ideologia liberal, uma mera fraseologia. Von Mises não é claro sobre o que entende como harmonia dos interesses (OLIVER, 1960) e, com o ecletismo que lhe é característico, apresenta vários argumentos nem sempre coerentes.

Primeiramente, pode-se concluir que não há conflito entre os interesses dos indivíduos e os interesses comuns. Diferentemente de Smith (2002, p. 106), para von Mises, a simpatia não é o que funda o laço social (VON MISES, 1998, p. 143); a sociedade só existe a partir dos interesses egoístas dos indivíduos. Pode-se dizer que von Mises, em uma analogia superficial que “não se refere à coisa mesma”, toma a sociedade como uma sociedade anônima corporativa; membros da sociedade não passam de sócios visando ao lucro subjetivo.

Von Mises argumenta que não há conflito entre os interesses individuais e os da sociedade, pois a sociedade não existe como membro separado dos indivíduos (VON MISES, 1998, p. 145). Mas, em vários momentos, não parece ser esse o argumento central de von Mises sobre a harmonia dos interesses. Ao supor que os indivíduos são sempre egoístas, e que não há nenhuma outra forma de laço social, exclui arbitrariamente, em suas premissas, a possibilidade de conflitos entre os interesses egoístas e a manutenção dos laços sociais.

Em segundo lugar, se a sociedade é apenas uma associação corporativa de indivíduos, é preciso supor que os interesses dos indivíduos não conflitam uns com os outros para que haja a harmonia social. Aqui von Mises tem que ir além das afirmações formais e sem conteúdo da praxeologia e supor que todos os indivíduos buscam o mesmo fim em sua ação social. Tal pressuposto conflita com a irracionalidade dos fins presente na praxeologia e, de modo algum, pode ser deduzido formalmente de suas premissas. Mais uma vez von Mises oferece argumentos à la carte para a luta de classes.

Segundo von Mises, o liberalismo pressupõe que “as pessoas preferem a vida à morte, a saúde à doença, a alimentação à fome, a abundância à pobreza” (VON MISES, 1998, p. 154). Tal pressuposto genérico não é o suficiente para a defesa do liberalismo. Os indivíduos podem entrar em conflito sobre os meios para alcançar tais fins. Mas von Mises afirma que a propriedade privada dos meios de produção e a coordenação das ações pelo mercado são a única forma de alcançar tais fins (VON MISES, 1985, p. 19).

Von Mises, então, reformula a harmonia dos interesses como harmonia dos interesses corretamente compreendidos. Se todos fossem capazes de compreender corretamente seus interesses, a economia de mercado, o capitalismo, seria aceito por todos e seu resultado seria a harmonia de todos os interesses individuais. Mas tal harmonia é impossível nos próprios termos de von Mises. O autor repete seguidamente que o ser humano é capaz de erro e, como já visto, rejeita o suposto do liberalismo clássico de que, com o tempo, todos seriam capazes de reconhecer seus interesses. As massas, isto é, os trabalhadores, não têm “a capacidade de pensar logicamente” e, portanto, de reconhecer que o capitalismo atende seus interesses sem conflitar com os de outros. Como existe na sociedade aqueles naturalmente incapazes de compreender corretamente seus interesses, a harmonia social em von Mises só pode ser obtida por meio da coerção estatal.

Em uma virada típica da decadência ideológica, no liberalismo de von Mises os conflitos de classes são ocultados como um conflito entre elite e massa. Tal conflito é de natureza meramente subjetiva, pois se refere à capacidade cognitiva, e é naturalizado, pois a capacidade cognitiva é vista por von Mises como distribuída desigualmente entre os homens pela natureza. Assim, o conflito entre classes é naturalizado em von Mises, sendo formulado como um conflito entre os naturalmente superiores e os naturalmente inferiores, uma formulação completamente retrógrada análoga, em todos os pontos, com os argumentos da nobreza para manter a ordem social do feudalismo.

Desse modo, von Mises afirma o conflito social no capitalismo, mas o formula de um modo reacionário, isto é, com os argumentos da reação feudal

justapostos aos do liberalismo nascente. Von Mises redescreve os conflitos sociais do capitalismo do século XX nos termos do período de sua ascensão e das primeiras formulações da ideologia liberal, o conflito entre o povo – o Terceiro Estado, burguesia e trabalhadores – e o Estado absoluto – a nobreza. A oposição entre as ideologias liberais e socialistas, entre o capital e o trabalho, é redefinida como um conflito entre o povo, reduzido à função de consumidores por von Mises, e o Estado. A ideologia liberal é apontada como o meio para a emancipação dos consumidores do poder coercitivo do Estado sobre a realização de seus desejos.

A estratégia de ocultamento dos conflitos sociais sob a retórica retrógrada inclui um outro elemento na argumentação de von Mises: a negação da existência de classes sociais. Inexistindo classes sociais não pode haver conflito entre elas, nem delas com a sociedade – argumento que vai de encontro ao que está presente em Smith, como argumentado anteriormente.

Primeiramente, von Mises afirma que o processo de mercado não origina classes, pois todo indivíduo pode se tornar um empreendedor, desde que seja capaz de antecipar os desejos dos consumidores (VON MISES, 1998, p. 309). Mas von Mises não recusa a existência de capitalistas (na verdade, os proprietários do capital dinheiro), trabalhadores, proprietários de terra e empreendedores (o capitalista ativo). Para von Mises, essas são apenas funções, no que se pode observar novamente a analogia superficial da sociedade com uma empresa: classes sociais são redefinidas como funções no organograma de uma corporação.

Mas von Mises vai ainda mais longe em seu argumento. Primeiramente, afirma que cada um recebe na sua função de acordo com o a valoração dos consumidores dos esforços de cada um para a cooperação social. Sendo a valoração algo subjetivo e não mensurável, não se pode dizer que há harmonia nos interesses de cada função. Aqui von Mises mais uma vez justapõe argumentos incoerentes para serem utilizados na luta de classes de acordo com a ocasião.

Von Mises oferece outro argumento para dissolver o conflito de classes em meio ao formalismo e à fraseologia de seu liberalismo decadente. O primeiro deles é de que o agente que exerce cada função recebe um preço pelo bem de ordem superior, que é determinado como o preço de qualquer outro bem pelas valorações dos consumidores. Não há, portanto, distribuição de renda, mas apenas determinação de preços. O argumento aqui é fundado no formalismo, uma vez que homogeneiza coisas diferentes sob um universal destituído de particulares.

Mas a homogeneização formalista entre determinação de preços e distribuição de renda não é suficiente para levar à conclusão da inexistência de conflitos de classes, já pressuposta pela negação da existência destas. Como von Mises admite que os preços de mercado estão em constante flutuação e não há equilíbrio, ou seja, o preço de mercado não esgota o preço dos fatores de produção, é preciso demonstrar que o lucro do empresário não conflita com a harmonia dos interesses.

O rendimento do capital já foi homogeneizado formalmente com os salários, pois ambos são preços de fatores de produção. O lucro do empresário é distinguido dos juros recebidos pela propriedade do capital. Segundo von Mises, “Lucros e perdas são inteiramente determinados pelo sucesso ou fracasso do empreendedor em ajustar a produção à demanda dos consumidores” (VON MISES, 1998, p. 295). Embora Von Mises critique a doutrina mercantilista de que o ganho de uns é a perda de outros, a sua explicação para o lucro dos empreendedores é a mesma explicação mercantilista, oriunda da circulação: “eles compram onde e quando consideram os preços muito baixos, e vendem onde e quando consideram os preços muito altos” (VON MISES, 1998, p. 325).

Se os lucros advêm de comprar barato e vender caro, fica difícil entender como alguns podem ganhar sem que outros percam. Para exemplificar que os lucros são determinados, em última análise, pelos consumidores, von Mises afirma que se o capital empregado em uma indústria triplica e ela não atende às necessidades dos consumidores, ela se torna não lucrativa



aumentando o lucro em outros setores (VON MISES, 1998, p. 305). Nesse exemplo alguns obtêm lucro graças à perda de outros e como von Mises afirma que não existem preços naturais ou de equilíbrio, os lucros de uns sempre serão o prejuízo de outros.

Von Mises procura sair dessa inconsistência afirmando que os lucros são obtidos por diferença de preços no tempo. Trata-se da diferença entre os preços dos fatores de produção e o preço antecipado dos produtos (VON MISES, 1998, p. 326); mas isso não elimina sua incoerência. Se os empreendedores ganham com essa diferença, os que recebem a remuneração dos fatores de produção perdem ao vender barato e comprar caro, mesmo que seja intertemporalmente. Von Mises afirma que devido ao aumento da demanda por fatores de produção, os que exercem as funções correspondentes ganham um incremento de renda. Mas se esse incremento de renda fosse igual ao preço do produto para todos os setores, não haveria lucros empresariais. Alguns têm que ganhar intertemporalmente à custa de outros, já que os donos dos fatores de produção pagam um incremento de preço de bens de consumo maior que o incremento de sua renda. No final, a demonstração da harmonia das funções acaba sendo uma mera fraseologia.

Após transformar as classes em funções harmônicas do sistema produtivo e homogeneizar as rendas entre si e com os preços, von Mises colapsa as funções nos indivíduos. As várias funções estão combinadas no mesmo indivíduo; “é um mesmo indivíduo, com muita frequência”, combina as funções de “empreendedor, proprietário de terra, capitalista e trabalhador” (VON MISES, 1998, p. 253). O fato de que indivíduos possam combinar diferentes funções produtivas não implica que essas não possam estar em conflito.

Em meio a frases não demonstradas e incongruências, a defesa da harmonia dos interesses em von Mises resume-se à soberania do consumidor. Capitalistas, trabalhadores, empreendedores são levados sempre a satisfazer os desejos dos consumidores. Assim, os interesses dos consumidores, embora não possam ser satisfeitos em todas as situações devido ao erro humano, terminam sempre por serem satisfeitos pela seleção do mercado.

O argumento da soberania do consumidor, em primeiro lugar, não é suficiente para demonstrar a harmonia dos interesses, pois supõe uma comparação interpessoal de valorações, o que o próprio von Mises nega (OLIVER, 1960). O consumidor pune os empresários com prejuízos e os trabalhadores com a perda do emprego se seus desejos não são satisfeitos. Mesmo admitindo a trivialidade de que trabalhadores e empreendedores são consumidores, no final das contas o que a seleção de mercado origina não é a harmonia de interesses, mas uma guerra de todos contra todos. Trata-se, portanto, de um darwinismo social, em que os supostamente menos dotados pela natureza são implacavelmente condenados ao fracasso pelo soberano absoluto, o consumidor, e “em que as pessoas só podem culpar a si mesmas se não chegam a alcançar a posição que almejam” (VON MISES, 2009, p. 35).

O elemento reacionário e a conseqüente apologia do capitalismo pelos seus problemas se apresentam na teoria da soberania do consumidor também de outra forma. A despeito das analogias superficiais e incongruentes que von Mises faz do mercado com a democracia (VON MISES, 1998, p. 271), aquele, na verdade, se apresenta em sua ideologia com o despotismo de um consumidor, “egoísta, cheio de fantasias, mutável e imprevisível” (VON MISES, 1998, p. 270) e de “mau gosto” (VON MISES, 1998, p. 317).

Assim, o que é um despotismo impessoal nada esclarecido de sua majestade, o consumidor, é incongruentemente transvalorado como liberdade. Para von Mises, “o homem é livre na medida em que ele pode viver e prosseguir sem estar à disposição das decisões arbitrárias de outras pessoas” (VON MISES, 1998, pp. 297; 279). Como o consumidor supostamente pode realizar todos os seus desejos no mercado, ele não está sob decisões arbitrárias de ninguém, mas, no final, a apologia da liberdade de von Mises significa a apologia do despotismo impessoal do mercado.

#### **4. Considerações finais sobre a raiz social da decadência ideológica do liberalismo**

A comparação entre Adam Smith e von Mises permite extrair algumas conclusões sobre a decadência ideológica do liberalismo. No tempo de Adam Smith a burguesia era a classe portadora da realização dos potenciais emancipatórios latentes na sociedade, da ampliação da liberdade humana com a liberdade jurídica do trabalhador e a socialização do trabalho (COUTINHO, 2010, p. 33). A obra de Smith é claramente voltada à crítica dos elementos feudais ainda presentes na sociedade. A historicidade é um elemento fundamental no liberalismo de Smith, pois a burguesia, nesse momento, era a classe que olhava para o futuro.

Embora já havendo a contradição entre capital e trabalho, na época de Smith a liberação dos entraves da sociedade feudal era um interesse comum real entre burguesia e trabalhadores. Dessa forma, Smith podia advogar a sociedade capitalista como a que traria a harmonia dos interesses das classes então emergentes, sem deixar de apontar, ao mesmo tempo, de forma científica e objetiva, alguns de seus problemas e contradições. Mesmo que esses problemas sejam apenas pontuais na ideologia liberal de Smith, este não se furta a apontar soluções para, pelo menos, minorar os problemas da sociedade nascente, mesmo à custa de restrições à liberdade natural.

Um longo processo histórico separa Smith de von Mises. Com o progressivo desenvolvimento e difusão do capitalismo, a luta de classes entre capital e trabalho também se desenvolve. A partir de 1848 a classe trabalhadora se manifesta como um ator político com projetos próprios e que se opõe à burguesia. A partir desse momento a realização do interesse comum pelo capitalismo passa a ser defendida progressivamente por meio do formalismo e da imediatez. Em sua manifestação mais evidente da decadência ideológica, a economia vulgar – e sua defesa do liberalismo econômico – se constitui a partir desse período. Já não sendo mais portadores do futuro, a burguesia e seus porta-vozes renegam a historicidade em sua defesa do liberalismo econômico.

Com a Comuna de Paris em 1871, uma nova fase se inaugura. Diante da possibilidade efetiva de uma revolução proletária, a burguesia passa a olhar para trás; o ecletismo e a defesa do capitalismo pelos seus defeitos passam a compor o cenário da decadência ideológica. Em um primeiro momento, a economia passa a ser dominada crescentemente pelo formalismo quantitativo, parecendo imune a esse movimento. Mas com a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa de 1917, o caráter acentuadamente reacionário da decadência ideológica se faz presente na economia com a renovação do liberalismo promovida pelos austríacos, com von Mises à frente destes.

Diferentemente da época de Smith, o inimigo a ser combatido pela burguesia é a classe trabalhadora. E agora o combate é feito sem tréguas e com todas as armas possíveis, em meio a várias estratégias de ocultamento. O inimigo declarado é o socialismo, mas este é assumido como uma imagem do passado, um fantasma do absolutismo. O ecletismo e a justaposição de frases incongruentes formam um arsenal para ser usado na luta ideológica contra a classe trabalhadora, de acordo com a ocasião.

Mas o elemento fundamental da decadência ideológica do liberalismo econômico de von Mises é seu caráter aristocrático. Trata-se aqui da clara renúncia aos princípios de igualdade presentes no liberalismo de Adam Smith. O liberalismo é reformulado como uma ideologia que defende a divisão hierárquica da sociedade entre uma elite naturalmente superior e uma massa naturalmente inferior, selecionadas pelo mercado. Dessa forma, o liberalismo econômico passa a olhar para trás não só na busca do retorno a uma suposta idade de ouro do liberalismo, mas também na adoção de uma visão aristocrática de mundo característica de seu inimigo infante, a nobreza feudal.

Esse aparentemente paradoxal caráter aristocrático do liberalismo econômico decadente dos austríacos atende às necessidades ideológicas de manutenção do capitalismo contemporâneo. Com a crescente concentração do capital e a brutal desigualdade de renda que a acompanham nos tempos atuais, a burguesia se tornou uma espécie de nova aristocracia. Para manter

e legitimizar o capitalismo, tornou-se necessário convencer a maioria trabalhadora de que esse é o estado natural das coisas e é benéfico para todos. E, como advoga von Mises, para aqueles que não forem convencidos e não se conformarem com sua situação por meio da autodepreciação, resta para a burguesia utilizar a coerção estatal por meio da violência física.

## Referências

- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FINE, B.; MILONAKIS, D. *From Political Economy to Economics*. Londres: Routledge, 2009.
- FRIEDMAN, M. "The Methodology of Positive Economics" in: *Essays in Positive Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1966.
- HEGEL, G. W. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio, vol. I: a ciência da lógica*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- LUKÁCS, G. "Marx y el Problema de la Decadencia Ideológica" in: *Problemas del Realismo*. México D. F.: Fondo de Cultura, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social, I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MEEK, R. *Smith, Marx and After*. Springer, 1977.
- OLIVER, H. M. "Von Mises on The Harmony of Interests", *Ethics*, vol. 70, n. 4, 1960.
- REDMAN, D. *The Rise of Political Economy as a Science. Methodology and the Classical Economists*. Massachusetts: The MIT Press Cambridge, 1997.
- SMITH, A. *Lectures on Jurisprudence*. Indianapolis: Liberty Fund, 1982.
- \_\_\_\_\_. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Coleção "Os economistas". São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Teoria dos sentimentos morais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- VON MISES, L. *Liberalism. In the Classical Tradition*. São Francisco: Cobden Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Human Action. A Treatise on Economics*. Alburn: The Ludwig von Mises Institute, 1998.
- \_\_\_\_\_. *As seis lições*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.